

A Missão Militar Francesa no Brasil e seu impacto sobre a Escola de Estado-Maior

Walter Nilton Pina Stoffel*

Introdução

O Exército Brasileiro vive um momento de transformação. A realidade nacional, o contexto internacional e os cenários visualizados para o século XXI impõem uma inevitável migração da Era Industrial para a Era do Conhecimento. No dizer do comandante da Força, general Villas Bôas, "... a primeira e principal transformação do Exército deverá ocorrer na cabeça dos homens e mulheres verde-oliva".

Nesse quadro, cumpre reforçar a relevância do estudo da História: é da sua compreensão que se obtêm as sementes que, plantadas hoje, produzirão frutos no futuro. Ou, como afirmou Soren Kierkegaard (filósofo e teólogo dinamarquês, 1813-1855), "A vida só pode ser entendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para a frente" (*apud* BERGO, 2013).

Cresce, destarte, de importância o estudo da Missão Militar Francesa no Brasil (MMFB), por seu papel inovador, seu caráter transformador e seus efeitos sobre o ensino e a organização do Exército Brasileiro da época, muitos dos quais trazem reflexos até os dias de hoje.

Estudar as principais características da MMFB em sua interação com a Escola de Estado-Maior (EEM) e, por consequência, com o próprio Estado-Maior do Exército (EME), sua influência no pensamento militar brasileiro e no método de planejamento, bem como na doutrina do Exército Brasileiro ao longo do tempo é o escopo deste trabalho. Longe de esgotar o assunto, ou de abordar todos os aspectos atinentes à MMFB e à sua ligação com a EEM, a intenção é de indicar os primeiros passos e recomendar uma bibliografia de referência que permitirá ao leitor interessado descobrir e trilhar seu próprio caminho.

A guerra e o estado-maior

Desde a pré-história, o homem teve de aprender a superar os obstáculos de um ambiente hostil, enfrentando animais para obter alimento e para defender-se, adaptando-se às forças dos elementos para abrigar-se e sobreviver. O fato de ser o filhote humano um dos mais vulneráveis da natureza, e por mais tempo, obrigou, desde seus primórdios, a raça humana a um caráter gregário, reunindo-se em grupos que aumentassem as possibilidades de preservação da espécie.

À medida que os grupos evoluíram, aumentaram também os conflitos com outros grupos rivais, seja em disputas por território e recursos naturais, seja por outros motivos mais banais. Afinal, as rusgas são indissociáveis da vida humana. Como afirma o general Bergo em seu estudo sobre a Polemologia:

O desentendimento é parte da natureza do ser humano, e ele resolve suas controvérsias de diferentes maneiras. A mais dolorosa de todas é a guerra, infelizmente parceira constante do homem em sua caminhada pela face deste planeta. (BERGO, 2013)

Com a evolução dos grupos sociais, aumentou também a complexidade dos conflitos, na utilização de meios de transporte e plataformas de combate, animais, táticas e técnicas, máquinas de guerra e fortificações. É a eterna luta entre a espada e o escudo, que persiste em nossos dias, com cada armamento novo e cada nova forma de guerrear, provocando o desenvolvimento de novas formas de atuação e de proteção.

* Gen Bda R/1 (AMAN/1981; EsAO/1991; ECEME/1998), Colégio Interarmées de Défense/2002, Istituto Alti Studi di Difesa/2007. Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército/2015, Vice-Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Diretor Executivo da Fundação Cultural Exército Brasileiro. (walter.stoffel@hotmail.it)

Não cabe, porém, considerar que tal tendência da humanidade à guerra conduziria inevitavelmente à barbárie e à violência descontrolada. Ao contrário, é a instituição da *polis* que traz uma distinção mais nítida entre a vingança privada e a guerra (GUSTAVE GLOTZ, *apud* CORVISIER, 1999, p. 43), gerando, posteriormente, o conceito de instituições permanentes voltadas para a atividade bélica, e a noção do Estado como detentor do “monopólio da violência” ou “do uso legítimo da força” (WEBER, 1946).

A maior complexidade da guerra trouxe também a maior incerteza quanto ao sucesso. Em busca de mais “garantias” nos rumos da guerra, os governantes e generais da Antiguidade recorreram a oráculos, feiticeiros e profetas que os aconselhassem. O passo seguinte foi o aconselhamento com especialistas nas diferentes áreas do então já complicado fenômeno, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisão. Grandes chefes militares, como Aníbal, Júlio César e Alexandre, faziam-se valer da contribuição de seus generais ao planejar uma nova empreitada. Não apenas os consultavam, como, muitas vezes, esse assessoramento influenciava seriamente a decisão (STRAUSS, 2012). Pode estar aí a primeira percepção da necessidade do que hoje convençamos chamar de *trabalho de estado-maior*.

No Oriente, surgia o general, estrategista e filósofo chinês Sun Tzu, autor do famoso livro *A Arte da Guerra* (século IV a.C.), leitura obrigatória ainda hoje em nossas escolas militares, e que enfatizava a importância do planejamento cuidadoso e metódico antes de engajar-se em um conflito. Caracterizava como a melhor vitória a que se obtém pela antecipação e dissuasão, “com a espada embainhada”, evitando a necessidade de entrar em combate (TZU, 2006).

Mais recentemente, na Europa, estimulados por Frederico II, o Grande (1712-1786), rei da Prússia de 1740 até sua morte, destacaram-se pensadores militares prussianos: o general Gerhard Johann David von Scharnhorst (1755-1813), primeiro chefe do estado-maior prussiano, que reformou o exército e o liderou contra Napoleão; e Christian Karl August Ludwig von Massenbach (1758-1827), que propôs reformas na organização do então negligenciado estado-maior prussiano, algumas das quais subsistem até hoje, em suas

linhas gerais, como a de um pioneiro “estado-maior integrado”, funcionando e planejando operações desde o tempo de paz. Helmuth Von Moltke (1800-1891), por sua vez, combateu e comandou as tropas prussianas contra a Dinamarca, contra a Áustria, pela unificação alemã e na Guerra Franco-Prussiana (1870). A par dessa experiência prática, procurou, pelo estudo da História e das operações militares, compreender as estratégias vitoriosas e integrá-las em um método de planejamento. Analisou as táticas de Napoleão, desenvolveu estudos sobre as marchas e a logística das forças em campanha e criou as *Diretivas Gerais*, método de planejamento militar em que defendia o exaustivo estudo e a preparação de todas as possíveis consequências. É dele a afirmação de que nenhum plano de batalha sobrevive ao contato com o inimigo. Não no sentido de desprezo pelo planejamento, mas da necessidade de um trabalho de estado-maior extremamente detalhado, pelo raciocínio lógico e inteligência espacial, cobrindo centenas de variáveis, e flexível, permitindo a adoção de condutas alternativas no desenrolar do combate (ECEME, 2005, p. 27-29).

Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi um caso à parte: sua genialidade e forte grau de inspiração faziam-no considerar o planejamento da guerra uma atividade relativamente simples, que ele tratava de forma bastante centralizadora. O estado-maior geral napoleônico não era chamado a planejar. A contribuição de Napoleão para o serviço de estado-maior, no entanto, está na valorização deste na execução descentralizada das ações, em diferentes áreas, como a manobra, estratégica e tática, a artilharia, a logística. Foi seu sucesso militar o responsável por estabelecer a hegemonia francesa sobre a maior parte da Europa (*idem*, p. 31).

A rápida e incontestável derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-71) alertou a república francesa recém-instaurada para o declínio militar do país desde os gloriosos tempos napoleônicos. Fazia-se necessário o estudo das campanhas e manobras de Bonaparte e a qualificação de oficiais de estado-maior. Para esse fim, foi criada em 1876 a École Supérieure de Guerre, em Paris.

Os chefes militares franceses, já em meados do século XIX, estavam convencidos de que, para compor um

estado-maior renovado, a experiência de guerra da França só poderia ser repassada às novas gerações de oficiais de estado-maior em uma instituição militar de alto nível, pelo aprendizado metódico, como metódico deveria ser o trabalho de comando. Essa instituição seria a Escola Superior de Guerra, na qual diversos futuros comandantes da ECEME viriam a realizar cursos de grande brilho. (ECEME, 2005, p. 32)

O método de planejamento adotado tomou como base o *Discours de la Méthode* (1637), de René Descartes, sem, no entanto, descartar ensinamentos de Von Scharnhorst e Von Moltke. É, em vários aspectos, a origem do trabalho de estado-maior adotado em vários exércitos do mundo, ainda em nossos dias (TREVISAN, 2011, p. 162).

Essa metodologia teve como grande defensor o general Ferdinand Foch, aluno, instrutor e comandante da École de Guerre, acadêmico, teórico e pensador militar, e chefe do estado-maior francês na Grande Guerra de 1914-18. A vitória francesa naquele conflito consagrou o sucesso do método e o retorno da França ao protagonismo militar na Europa.

O contexto

O estamento militar tem sido presença constante na história do Brasil desde seu descobrimento, na defesa dos núcleos de povoamento, passando pelas lutas contra invasores estrangeiros, nas lutas externas, na consolidação e pacificação após a Independência e após a República. Não parece haver, no entanto, registros de uma utilização consistente dos serviços de estado-maior antes da vitoriosa atuação de Caxias.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, político que acompanhou a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, aqui fundou, como Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, a Academia Real Militar, o Jardim Botânico, o Arquivo Militar, a Biblioteca Nacional e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. No Quartel-General da Corte começou a funcionar um órgão de assessoramento e apoio que consistiu em um “início, embora tímido, das atividades de estado-maior em nosso País” (*idem*, p. 36).

Na Campanha da Cisplatina, no Primeiro Império, e nas lutas internas, na Regência, desponta o papel

dominante de Caxias, que estabeleceu critérios de organização e administração da guerra que excederam o que até então havia sido realizado. Na Guerra da Tríplice Aliança, a prática do serviço de estado-maior desenvolveu-se e possibilitou a interação do comandante em chefe com seu estado-maior. O impulso dado por Caxias à evolução do estado-maior em campanha foi notável. Ao planejar a manobra militar, não dispensava a opinião de seus auxiliares do estado-maior. Na execução das operações, para que atingisse a conquista dos seus objetivos, gerava espaço para a iniciativa de seus generais, o que era traço marcante de seu comando desde as lutas internas (*idem*, p.41-43).

Em que pese sua participação na Proclamação da República, o contexto vivido pelo Exército Brasileiro em fins do século XIX era, no entanto, grave. As ações relativas às atividades de estado-maior, iniciadas pelo Conde de Linhares, foram descontinuadas. A evolução proporcionada por Caxias e as lições da maior experiência de guerra vivida na América do Sul não foram aproveitadas (MAGALHÃES, 1958, *apud* MALAN, 2018). Ao contrário, a estrutura organizacional estava claramente desatualizada. O material bélico, escasso e obsoleto. A formação de pessoal, bacharelesca e ineficaz. À incompreensão do Governo, de políticos e da mídia quanto à importância da instituição militar como instrumento de defesa nacional, somava-se a mensagem da não essencialidade de forças armadas nacionais, no bojo do pensamento positivista, em sua tese da certeza determinista da paz universal (ECEME, 2005, p. 46).

Os fracassos nas ações militares durante a consolidação da República e os trágicos episódios de Canudos evidenciaram o despreparo do Exército e deflagraram o esforço de profissionalização que se seguiu. Esse esforço passava, necessariamente, pela criação de um estado-maior moderno e atualizado, sob novos parâmetros profissionais (*idem*, p. 49-50).

A criação do novo Estado-Maior do Exército, em 1896, representou a mais abrangente das medidas de renovação e modernização do Exército. A partir de então, a oportunidade perdida após a Guerra da Tríplice Aliança poderia, enfim, ser compensada, iniciando a escalada para o profissionalismo consolidada no século XX. (ECEME, 2005, p. 50)

Em 1898, assumiu o Ministério da Guerra o marechal José Nepomuceno de Medeiros Mallet, filho do patrono da Artilharia, que servira com bravura no Paraguai e se envolvera profundamente no movimento republicano. Em seus quatro anos à frente do ministério, desencadeou uma série de reformas, especialmente as voltadas para o ensino militar (TREVISAN, 2011, p. 109). Sofreu, no entanto, forte resistência, além de dificuldades com a inexperiência de seus oficiais. Para resolver o impasse, nomeou uma comissão composta pelo chefe do Estado-Maior e antigo ministro, general Cantuária, dois coronéis e um capitão, Augusto Tasso Fragoso (McCANN, 2009, p. 108). O jovem oficial atraiu a atenção do ministro ao publicar artigo, em seu retorno após estagiar na Alemanha, apontando diversas medidas de melhoria e criticando severamente a enorme defasagem a vencer, e, sobretudo, os que resistiam às mudanças. Tasso Fragoso deixaria sua marca no Exército, inclusive como chefe do Estado-Maior do Exército de 1922 a 1929, e novamente em 1931-32, sempre criticando a “surda resistência” daqueles decididos a terminar suas carreiras “sem ter feito nada, e sem nada ter aprendido” (ARARIPE, 1960, *apud* McCANN, 2009, p. 267).

Merece também referência como apoiador de necessárias mudanças no Exército Brasileiro o marechal Setembrino de Carvalho. Partícipe de diversas campanhas em sua longa carreira, o “Pacificador do Contestado” soube registrar as “lições aprendidas” daquele conflito (1912-16) em seu relatório de campanha (SETEMBRINO DE CARVALHO, 1916), e implementá-las em suas missões posteriores, como diretor de Administração da Guerra em 1916, chefe do Estado-Maior do Exército em 1922 e ministro da Guerra de 1922 a 1926. Em seus relatórios, já na vigência da Missão Militar Francesa, destacou sempre sua importância para o desenvolvimento do nosso Exército (TREVISAN, 2011, p. 170).

O protagonismo germânico na cena militar europeia do fim do século XIX levou o marechal Hermes da Fonseca, quando ministro da Guerra, apoiado pelo Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, a intensificar o envio de jovens oficiais para estagiar no exército alemão em quantidades crescentes, entre 1906 e 1910 (*idem*, p. 118-122). Esses oficiais, conhe-

cidos como “jovens turcos”, pela comparação com os jovens enviados pela Turquia para estudar na Europa e retornar com ideias reformadoras, tiveram enorme influência na evolução do Exército. Além de sua atuação na tropa e como instrutores nas escolas, promoveram a divulgação de suas ideias criando a revista *A Defesa Nacional* (ECEME, 2005, p. 161-163).

Nesse contexto, ao se estudar a possibilidade de contratação de uma missão militar estrangeira de instrução, para organização e modernização de nosso Exército, era inevitável a tendência para uma possível missão alemã, embora a própria *Defesa Nacional* tenha levantado também argumentos favoráveis à contratação de uma missão francesa, por conta da maior afinidade entre Brasil e França (MALAN, 2018, p. 63-66).

Alguns fatores, no entanto, foram decisivos para essa definição. Além do sucesso da Missão Francesa de Instrução junto à Força Pública de São Paulo, desde 1906 (McCANN, 2009, p. 320), e da Missão Francesa de Aviação, contratada pelo Exército em 1918, a Grande Guerra de 1914-18 fez toda a diferença: após romper relações diplomáticas com a Alemanha em abril de 1917, declarar-lhe estado de beligerância em outubro do mesmo ano e, especialmente, após o Tratado de Versailles, tornou-se inviável a contratação de uma missão militar alemã (MALAN, 2018, p. 65).

A Escola de Estado-Maior

A criação do novo Estado-Maior do Exército, como importante medida para a profissionalização da Força, ressaltou, também, a necessidade de preparação do assessoramento específico para aquele importante órgão, em uma escola própria, que seria criada em 1905 (ECEME, 2005, p. 50). Na visão de Tasso Fragoso:

Faltava uma instituição que fosse capaz de estudar e propagar conhecimentos acerca de doutrina militar, além de preparar oficiais para o mister... O Estado-Maior do Exército, diretamente subordinado ao Ministério da Guerra, é desde logo considerado órgão essencial do Alto-Comando, com a missão de preparar o Exército para a guerra, cabendo-lhe, conforme o art. 1º do seu regulamento, estudar o emprego das tropas em campanha... A novel organização cedo percebeu as deficiências da formação então existente

para o seu pessoal; logo compreendeu que as atividades de assessoramento do oficial de estado-maior exigiam conhecimentos de nível superior, e que para formá-los, bem como aos novos chefes militares, precisava dispor de um instituto próprio de Altos Estudos Militares, em que seriam admitidos oficiais selecionados das diversas armas e serviços, de reconhecida competência, comprovada experiência profissional e indiscutível valor moral. (*idem*, p. 51-52)

Entretanto, até chegar à Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) que vemos hoje, a Escola de Estado-Maior (EEM) percorreu um longo trajeto. Seu ato oficial de criação foi assinado em 2 de outubro de 1905, e em janeiro do ano seguinte iniciou suas atividades, em sede emergencial, ocupando instalações da Direção de Contabilidade da Guerra, no atual Palácio Duque de Caxias, na ala hoje fronteira à estação Central do Brasil (*idem*, p. 60).

Em 1907, recebeu seus primeiros alunos já no histórico quartel da Praia Vermelha, desocupado pela Escola Militar do Brasil, extinta após os dramáticos momentos da Revolta da Vacina Obrigatória de 1904. Funcionou ali até o prédio ser entregue ao Ministério da Indústria para a exposição internacional comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1908 (*idem*, p. 63).

De 1908 até a devolução do quartel da Praia Vermelha, em 1910, a EEM funcionou provisoriamente no prédio da Direção Geral de Saúde, na Praça da República, onde hoje funciona a Odontoclínica Central do Exército. Ali celebrou-se, em 30 de abril de 1909, a formatura da primeira turma da Escola (*idem*, p. 64).

Ao retornar à Praia Vermelha, em 1910, a EEM encontrou o espaço restaurado, com o aspecto austero de aquartelamento substituído por linhas mais compatíveis com a comemoração de que havia sido sede. Mas ainda não era a desejada sede planejada e construída para abrigar uma escola com suas características. Os materiais e fontes de consulta eram geralmente adquiridos dos exércitos da França e da Alemanha, onde estavam sediadas as únicas aditâncias do Exército Brasileiro à época. A Escola ali permaneceu até o início de 1918, quando interrompeu temporariamente suas atividades, por força da declaração de guerra à Alema-

nha, ocorrida em outubro de 1917. O prédio, após restaurado para atender às necessidades de um quartel, passou a abrigar unidades combatentes de infantaria (*idem*, p. 67), até seu bombardeamento e posterior demolição, após ser palco de trágicos eventos na Intentona Comunista de 1935.

Ao término da guerra, a retomada das atividades ocorreu em prédio construído especificamente para abrigar a Escola de Estado-Maior. Inaugurado em 1920, o prédio da Rua Barão de Mesquita, onde hoje se situa o 1º Batalhão de Polícia do Exército, pode ser considerado o templo da Missão Militar Francesa: a sede abrigou a EEM de 1920 a 1940, período em que a Missão, naquele local, serviu ao Exército Brasileiro com grandeza e profissionalismo (*idem*, p. 68).

A atual sede na Praia Vermelha, ocupada pela Escola desde 1940, foi a segunda obra construída especificamente para receber o estabelecimento de ensino de mais alto nível do Exército. Foi projetada com ambientes específicos para seus objetivos, como salas para atividades de ensino em pequenos e grandes grupos, gabinetes para chefia e planejamento do ensino, salas de reunião, auditórios, bibliotecas, quadras para treinamento físico, serviço de saúde, editora, conformando o ambiente próprio para a reflexão, a criação e a convivência (*idem*, p. 73). A influência da Missão Francesa está presente em vários aspectos da construção, mas faz-se sentir de maneira mais marcante no gabinete do comandante, hoje utilizado como salão de honra, em especial em seus característicos *vitraux* e no primoroso *parquet*.

O primeiro comandante da Escola de Estado-Maior foi o general de brigada Miguel Maria Girard, que exerceu a função de 26 de janeiro de 1906 a 1º de outubro de 1907. Ao assumir o comando da recém-criada escola, divulgou sua Ordem do Dia nº 1, cuja cópia se encontra gravada em peça de aço escovado na entrada do salão de honra da atual sede da ECEME. Além de mostrar a preocupação do primeiro comandante com o método associado ao ensino militar, é digna de nota a disposição de colocar-se "... sempre pronto a acolher, estudar e aceitar todas as ideias e informações..." de seus colaboradores e subordinados, verdadeiro exemplo de disponibilidade e abertura para as contribuições ineren-

tes ao trabalho de estado-maior, e para a evolução associada aos desafios que teria pela frente (*idem*, p. 54).

As pessoas

Toda iniciativa, toda empreitada, toda mudança é conduzida por pessoas, com diferentes papéis e variadas motivações. Lançar luz sobre algumas das pessoas que participaram da condução da Missão Militar Francesa no Brasil, e sua interação com a Escola de Estado-Maior, pode ajudar a sua compreensão.

Quando se intensificou o interesse brasileiro em contratar uma missão de instrução estrangeira, com reais possibilidades de decisão por uma missão francesa, assumiram importante protagonismo o adido militar francês no Brasil, capitão Alphonse Fanneau de la Horie, que integrara por dois anos a missão junto à Força Pública de São Paulo e, sobretudo, o adido brasileiro em Paris, major Alfredo Malan d'Angrogne, que teve papel fundamental na negociação e definição dos parâmetros iniciais da missão e na escolha de seu primeiro chefe (MALAN, 2018).

Por sugestão do capitão De la Horie, e interesse do governo brasileiro, organizou-se uma missão brasileira, chefiada pelo general Napoleão Felipe Aché e composta de duas dezenas de oficiais brasileiros dos mais destacados da época, que chegaram a Paris, por vagas sucessivas, nos primeiros dias de 1918. Entre outras tarefas, essa missão ajudou a preparar a vinda da MMFB (*idem*, p. 77-78).

Ainda em 1918, e nos preparativos para receber a Missão Militar Francesa, o governo brasileiro decidiu começar a preparar o elemento humano visando tirar da missão alienígena o melhor proveito. Para tanto, o Estado-Maior do Exército resolveu selecionar, por concurso, instrutores para ombrear com os franceses. É interessante assinalar que, entre os integrantes dessa “missão alienígena”, constaram alguns estagiários do exército alemão (*idem*, p. 40).

Iniciando com vinte e poucos oficiais, a MMFB contou, durante vinte anos, com uma plêiade de instrutores selecionados. Depois do general Gamelin, seu primeiro chefe, o comando da Missão foi exercido, de

1926 a 1940, pelos generais Coffec, Spire, Huntziger, Noël e Chadebec de Lavalade (*idem*, p. 40).

Cabe, no entanto, atenção especial ao general Maurice Gustave Gamelin (1872-1958), organizador e primeiro chefe da Missão, cujo nome foi proposto pelo renomado marechal Joseph Jacques Césaire Joffre, e cujo minucioso processo de escolha teve importante participação do major Malan d'Angrogne, adido brasileiro em Paris, e é detalhadamente descrito no livro do seu filho sobre a MMFB. No dizer de Joffre, o indicado era dotado de bastante tato, inteligência, lealdade e justiça, ideias claras e precisas, grande capacidade de trabalho. Jovem e dinâmico, iniciou a guerra como major e terminou comandando uma divisão, sua rápida ascensão denotando seu brilhantismo e bravura em campanha, sem ser, no entanto, pedante ou pretensioso (*idem*, p. 89 e seq.).

Essas características pessoais do general Gamelin foram cruciais para o desencadeamento da Missão. Conhecedor da situação de contrariedade por parte dos germanófilos, agregou diversos jovens turcos às equipes de instrutores. Sabedor das reações de oficiais antigos a uma missão estrangeira, criou o Curso de Revisão, para permitir que oficiais que já haviam cursado a Escola de Estado-Maior tivessem contato com as novas ideias. Na própria organização da Missão, os oficiais franceses foram designados como diretores de ensino das escolas, mantendo oficiais brasileiros como comandantes. O próprio chefe da Missão não foi designado em função de comando, mas como assessor técnico do chefe do Estado-Maior do Exército. Tais cuidados foram elogiados em relatório do general Charles Mangin, vindo da França em viagem de inspeção, e que apontou a MMFB como “modelo do que deve ser uma missão no estrangeiro” (*idem*, p. 146). Essa sensibilidade de identificar os “limites” da Missão foi essencial para seu sucesso. Com os franceses, o Exército Brasileiro se modernizou, tomou contato com a guerra moderna, assimilou novos equipamentos e uma metodologia de planejamento, sem alterar “seus costumes”, preservando seu caráter. Era exatamente isso que esperavam os *troupiers* (TREVISAN, 2011, p. 178).

Cumpramos observar que o general Gamelin que avaliamos é herói da Primeira Guerra Mundial, e transmitiu

essa experiência vitoriosa como chefe da MMFB. Sua carreira foi longa e bem-sucedida após seu retorno à França, atingindo altos cargos e sendo respeitado, às vésperas da Segunda Guerra, até mesmo nos meios militares alemães. No entanto, a invasão da França pelos alemães em 1940 mudou essa situação, como nos conta o general de exército Alfredo Souto Malan, em seu livro *Uma escolha, um destino*, sobre a vida de seu pai, general Malan d'Angrogne:

Gamelin esteve no Brasil de 1919 a 1923. Em 1931 foi nomeado chefe do Estado-Maior da França, comandante de todos os exércitos franceses em 1939 e generalíssimo das Forças Aliadas no início da Segunda Guerra Mundial (set/1939). Em maio de 1940, com as forças alemãs arrasando as defesas francesas, ele foi substituído. Detido depois pelo governo de Vichy, passou o resto da guerra preso na Alemanha. É lembrado mais favoravelmente no Brasil do que na França. (MALAN, 1977, *apud* McCANN, 2009, p. 602)

Como contraponto a esse fato, cabe aqui o pensamento do historiador francês contemporâneo Carl Aderhold (2018), que critica a tendência das nações de lembrarem e valorizarem apenas a vitória, ressaltando a importância do aprendizado e das consequências de derrotas emblemáticas. Em seu livro *Essas grandes derrotas militares que fizeram a França*, analisa, entre outras, a invasão do país na Segunda Guerra Mundial, e relembra o provérbio latino que diz que “a derrota é a mãe da vitória”.

A Escola de Estado-Maior teve 11 comandantes no período da Missão, todos coronéis: Nestor Sezefredo dos Passos (1920-21), Raymundo Pinto Seidl (1921-23), Jonathas Borges Fortes (1923-24), Augusto Limpo Teixeira de Freitas (1924-26), Raymundo Rodrigues Barbosa (1926-31), Christovão de Castro Barcellos (1931-33), José Antonio Coelho Neto (1933-34), Estevam Leitão de Carvalho (1934-36), Isauro Reguera (1936-38), Milton de Freitas Almeida (1938-39) e Renato Baptista Nunes (1939-42), que realizou a transição, com o final da MMF e a mudança de sede da escola. O primeiro comandante sem a presença da Missão foi o coronel Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott (1942-43), legítimo representante, no entanto, de uma nova geração de oficiais, já formados pela MMFB, que

gradualmente assumiram as rédeas como instrutores e comandantes (ECEME, 2005, p. 113-121).

Outro representante dessa geração veio a se tornar o patrono da ECEME: general Humberto de Alencar Castello Branco. Comandou a Escola de Estado-Maior de 1954 a 1956, por ocasião de seu cinquentenário, e propôs a mudança para o nome atual: Escola de Comando e Estado-Maior. Defendeu o desenvolvimento de uma doutrina adaptada e apropriada ao Exército “tupiniquim”, e diversas de suas ideias consagram os ensinamentos da MMFB: “O oficial de estado-maior é um renovador e um criador”; “Vede bem que esta Casa prefere mais a visão concreta da batalha que as sentenças abstratas” (*idem*, p. 126-128).

Conforme nos conta o general Octavio Costa, Castello Branco teve uma trajetória de carreira por diversas vezes ligada à EEM. Averso ao que chamava de “preguiça intelectual”, já em 1927 se integrava, como instrutor do Realengo, à obra da Missão Militar Francesa. Ainda tenente, cursou a Escola de Estado-Maior, de 1929 a 1931, e em 1933 e 1934 retornou à escola como adjunto do diretor de Ensino Militar, servindo, pela primeira vez, com o então coronel João Baptista Mascarenhas de Moraes, futuro comandante da FEB, e destacando-se por seus dotes de instrutor. Em 1936, retorna à EEM, pela segunda vez como instrutor de Tática e História Militar. No ano seguinte, como capitão, é designado para cursar a École Supérieure de Guerre, em Paris, onde se sobressai como um dos melhores alunos. Como major, retorna à EEM, mais uma vez como instrutor de Tática e História Militar. É nomeado oficial do Gabinete do Ministro da Guerra e, em seguida, comandante do Batalhão de Infantaria da Escola Militar, no Realengo. No início de 1944, como tenente-coronel, é enviado para realizar estágio na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, provavelmente já no quadro de suas futuras funções. No retorno, passa à disposição do general Mascarenhas de Moraes, que, desde outubro de 1943, havia sido designado para organizar e instruir a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Seu protagonismo na chefia da seção de operações da FEB foi incontestável, e, no retorno da guerra, já como coronel, assume a Direção de Ensino da EEM, na qual teve “a tarefa maior

de incorporar as lições da guerra”, de 1946 a 1948. Foi fundamental seu papel na transição da doutrina francesa para a norte-americana, por sua dupla vivência, junto à Missão Militar Francesa e junto à FEB (COSTA, 2000, p. 32-43). Cabe lembrar que, ademais, a maior parte da liderança da FEB, como Mascarenhas de Moraes, Zenóbio da Costa, Cordeiro de Farias e outros, além dos oficiais do seu estado-maior, foram formados ou realizaram cursos com instrutores da MMF.

De setembro de 1954 a janeiro de 1956, Castello Branco comanda a EEM e implementa várias modificações, a começar pelo nome da escola: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Algumas de suas frases memoráveis guardam bem a essência dos ensinamentos da Missão Militar Francesa. Duas delas encontram-se gravadas em destaque no acesso ao Estado-Maior do Exército, em Brasília: “Ao chefe não cabe ter medo das ideias, nem mesmo das ideias novas. É preciso, isto sim, não perder tempo, implantá-las e realizá-las até o fim”. E ainda: “O pior inimigo da profissão militar é a rotina, mesmo a rotina da perfeição. Mudar sempre, se possível para melhor, mas mudar.” (*idem*, p. 55-58).

Outro comandante da ECEME que merece destaque como mantenedor das ideias da MMF é o general Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, que viveu 11 anos de sua longa carreira na escola, que comandou de 1985 a 1987. Durante sua gestão, valorizou a atuação do Conselho de Ensino e destacou-se por sua constante presença nas atividades em sala de aula e no terreno. Estimulou a criação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, CPEAEx, que se poderia dizer um sucessor do antigo Curso de Revisão, da época da Missão Francesa. Além disso, destacou sempre, inclusive mais tarde como ministro do Exército, a grande contribuição da escola para a evolução doutrinária do Exército Brasileiro (ECEME, 2005, p. 145-147).

Por fim, cumpre destacar a atuação do general Paulo Cesar de Castro, que comandou a escola de 2000 a 2002. Em seu comando, foi enfatizada a condução do processo de modernização do ensino do Exército Brasileiro, de cujo início havia participado como coronel. Cabe lembrar que, mais tarde, como Diretor de Formação e Aperfeiçoamento e como chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, prosseguiu com o acompanhamento e estímulo a esse processo.

Durante seu comando, foi criada a Seção de Pós-Graduação, o Centro de Estudos Estratégicos, a Seção de Política e Estratégia e a Seção de Estratégia e Administração. Na busca do maior realismo possível na formação do oficial de estado-maior, a exemplo do implementado à época pela MMF, promoveu a ampliação da consulta livre nas provas formais, o planejamento do emprego dos meios existentes no EB, a existência de restrições logísticas nos temas e a adoção do cálculo dos custos das operações militares nos planejamentos na carta e nos exercícios no terreno.

No que se refere à evolução do pensamento militar, foi adotado o documento “Visão de Futuro”, primeiro exemplar da revista da ECEME. O general Castro sistematizou a interdisciplinaridade nos cursos da escola e adotou os idiomas inglês e espanhol nos temas táticos. Como educador, deixou a filosofia básica de que a finalidade da escola é “ensinar o aluno a pensar”, o que retoma frase do general Foch, muito usada por Gamelin em suas aulas: “*apprenons d’abord à penser...*”.

Enfatizava sempre que o oficial de estado-maior deve buscar o saber pelo autoaperfeiçoamento, ter capacidade de refletir, argumentar e resolver problemas inéditos, a fim de formar o soldado do século XXI, a cada dia mais bem capacitado para responder aos desafios do mundo do conhecimento e ser o verdadeiro líder militar (*idem*, p. 155-157).

A MMFB e a EEM

A Missão Militar Francesa trazia para nosso ensino militar um diferencial inigualável: as lições aprendidas das operações da Grande Guerra. Seus instrutores, veteranos do conflito mundial, ensinavam não apenas o método, mas traziam a experiência do combate real. O programa de ensino, aprovado pelo ministro da Guerra, tinha “caráter essencialmente prático, baseado na solução de casos concretos, na carta e no terreno” (TREVISAN, 2011, p. 160), além de orientar no sentido de “não rever matérias estudadas pelos oficiais nas escolas anteriores, mas inteirá-los das grandes questões nacionais e mundiais, atualmente na ordem do dia” (MALAN, 2018, p. 289). Ademais, havia o cuidado de criar casos, baseados na experiência real da guerra, mas

adaptados à realidade e às características do território brasileiro, destacando as causas de êxito ou de insucesso, buscando, assim, assentar uma tática nacional e adequada ao Brasil (MALAN, 2018, p. 147). A realização das “manobras de quadros” permitiu a muitos oficiais presenciar, pela primeira vez, a transmissão sistemática e objetiva dos ensinamentos teóricos de sala de aula. Passaram a viver, em tática, no terreno, o caso concreto, tão próximo da realidade quanto podiam montar aqueles que os tinham vivido nos campos de batalha da Grande Guerra. Além disso, cumpre destacar o empenho dos oficiais franceses em transformar cada exercício e manobra em textos, que o Estado-Maior se incumbia de publicar e distribuir, particularmente para os alunos (TREVISAN, 2011, p. 163).

A ação da Missão Militar Francesa não foi apenas quanto à condução do curso de estado-maior já existente na EEM. Afinal, esse curso já era requisito para servir no EME, e os oficiais que ali estudavam seriam os futuros comandantes do Exército, o que fazia da escola a principal instituição a partir da qual se poderia influenciar o planejamento e a organização futuros. Para permitir que altos oficiais, que já haviam cursado a EEM anteriormente, tivessem contato com o método e as ideias francesas, a Missão instituiu um Curso de Revisão, especialmente voltado para aquele público (McCANN, 2009, p. 270).

A *Súmula do papel e das condições de funcionamento da Missão Militar Francesa no Brasil*, publicada pelo Estado-Maior em 1920, define as atribuições da Missão, seja em sua ação direta na instrução do Exército Brasileiro, seja na ação pessoal do chefe da Missão, como assistente técnico junto ao EME e, entre outros aspectos, os objetivos de cada curso da EEM:

Para o Curso de Estado-Maior: 1 – formar o quadro de oficiais de estado-maior destinado a constituir os estados-maiores de tempo de paz e de guerra do Exército Brasileiro; 2 – criar um viveiro de oficiais de vistas largas e cultura geral desenvolvida, fonte de recrutamento do Alto-Comando futuro. Para o Curso de Revisão: 1 – difundir nos quadros superiores do Exército os progressos e o desenvolvimento da guerra moderna; 2 – preparar para as mais delicadas funções do Alto-Comando: comandantes de divisão, de exército e grupo de exércitos; chefes e oficiais de estado-maior de exércitos e grupos de exércitos. (MALAN, 2018, p. 289-290)

Desde sua criação, e até os dias atuais, a missão da Escola de Estado-Maior esteve ligada à preparação de recursos humanos para funções de estado-maior, do chefe militar, do assessor de alto nível (ECEME, 2005, p. 86). A essa incumbência, a Missão Militar Francesa acrescentou as de “manter o desenvolvimento de estudos constantes sobre a doutrina militar terrestre, bem como realizar sua propagação no âmbito da Força”. A EEM, desde seus primórdios, sob a Missão Militar Francesa e ainda hoje, objetivava a formação de oficiais com visão ampla da conjuntura nacional e internacional, muito além dos misteres castrenses, todavia “sem perder o rumo do profissionalismo” (*idem*, p. 92). Embora enriquecida ao longo do tempo, a missão da escola guardou esses elementos fundamentais.

A subordinação da EEM ao Estado-Maior do Exército, desde sua criação, facilitou o cumprimento de sua missão, em particular com respeito ao estudo doutrinário, e fortaleceu sua influência no pensamento militar brasileiro. Com a passagem da subordinação ao Departamento de Ensino e Pesquisa, no início da década de 1970, a quebra do vínculo foi mitigada com a manutenção de um canal técnico direto da ECEME com o EME (*idem*, p. 90). Na verdade, hoje, como na época da subordinação direta ao EME, a escola é por ele muito empregada como “laboratório e mão de obra”, por meio dos trabalhos de pesquisa acadêmica individuais e projetos interdisciplinares sobre temas de interesse do Exército, além da tradicional elaboração e revisão de manuais, estudos de estado-maior e pesquisas docentes.

O general Castro, comandante da ECEME de 2000 a 2002, posteriormente Diretor de Formação e Aperfeiçoamento (DFA) e mais tarde chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), comparava a escola a um organismo vivo, com sua “infância”, da criação até a chegada da Missão Militar Francesa, sua “adolescência”, em que ampliou o alcance de sua missão, e perdurou até o final da influência norte-americana, e a “maturidade”, atingida após a renúncia do Acordo de Cooperação Mútua Brasil-EUA, em que avança em permanente contribuição à evolução da doutrina autóctone (*idem*, p. 91).

Três ações regulamentadas já na “adolescência”, e atualizadas de tempos em tempos, mantêm-se como base da missão da escola: formar oficiais para o desempenho de funções de assessores nos mais altos escalões; capacitá-los para exercer funções específicas de oficiais-generais; e apoiar a evolução do pensamento e da doutrina militares da Força Terrestre. (*idem, ibidem*)

Nesse diapasão, é incontestável a participação da Escola de Estado-Maior na evolução e na difusão da doutrina militar ao longo do tempo. Após uma fase de influência da doutrina germânica, entre 1913 e 1920, veio a fase da influência francesa, de 1920 a 1940, período de funcionamento da MMF. Com a participação brasileira na 2ªGM e o decorrente acordo de cooperação militar com os EUA, cresce a influência da doutrina norte-americana, que durou de 1940 até 1977. A partir daí, e como propunham os franceses desde o início da Missão, parte-se para a adoção de uma doutrina militar própria, dita “tupiniquim”, adequada à condução de operações no ambiente operacional sul-americano, com desenvolvimento de formas de combater nos amplos espaços do continente, como a Doutrina Delta, e nas áreas da Amazônia, como a Estratégia da Resistência.

A atuação da MMFB junto à Escola de Estado-Maior trouxe uma valorização da escola, evidenciada, entre outros, pelo estabelecimento da obrigatoriedade do Curso de Estado-Maior como requisito essencial para o exercício de determinadas funções, e para a promoção ao posto de general de brigada (MALAN, 2018, p. 290). No sentido inverso, a abrangência e a disseminação dos seus ensinamentos beneficiaram-se da própria importância e do poder multiplicador da escola, influenciando militares que vieram a tornar-se figuras de destaque na história do País. Além dos já citados Tasso Fragoso e Castello Branco, podemos citar Pedro Aurélio de Góes Monteiro, a quem os estudos com a Missão reforçaram a autoconfiança natural, forneceram uma doutrina e um método de planejamento estruturados e trouxeram inspiração para que pensasse, escrevesse e falasse sobre o Exército e suas dificuldades (McCANN, 2009, p. 358). Pode-se incluir nesse rol Eurico Gaspar Dutra (*idem*, p. 506), Euclides Zenóbio da Costa (*idem*, p. 316) e mesmo jovens turcos, como João Baptista Mascarenhas de Moraes, que, como comandante

da FEB, associou os ensinamentos alemães, franceses e norte-americanos na condução de nossas operações na Itália (*idem*, p. 318).

Uma das principais contribuições da MMFB, enfatizada por Gamelin desde o seu início, e que perdura até os dias de hoje, é a didática de ensino e a metodologia de planejamento. Um caráter essencialmente prático, baseado na resolução de casos concretos, na carta e no terreno (TREVISAN, 2011, p. 160), adaptando a experiência de combate dos instrutores franceses à realidade do nosso País. O estímulo ao estudo e à pesquisa, inclusive da História Militar, para que se desenvolvesse uma doutrina adequada ao Exército Brasileiro, e não uma mera replicação da doutrina francesa (MALAN, 2018, p. 224), e a internalização do método cartesiano, de análise e síntese, para o planejamento das operações militares. Defendia Gamelin que, da prática do método pelos oficiais, a doutrina “passaria para os seus reflexos”, uma vez que “o primeiro estágio da doutrina é um método de raciocínio” (TREVISAN, 2011, p. 161-162). Para Gamelin:

... o problema tático se apresenta como uma cadeia cujo primeiro elo é a missão e o último, a execução. Para iluminar o caminho que vai do primeiro ao último elo, é preciso um método de raciocínio, de deduções sucessivas e logicamente encadeadas... Esse método consiste em examinar-se, segundo uma ordem lógica, os diferentes elementos do problema; não se procede por tentativas nem por inspiração ou adivinhação. As deduções vão surgindo sucessivamente, apoiando-se cada uma sobre as outras já apreciadas. Se nos habituarmos, o raciocínio dos problemas se processará no nosso cérebro a princípio rapidamente; depois automaticamente e por fim inconscientemente. (*idem, ibidem*)

Gamelin considerava o problema tático como “um problema de raciocínio e julgamento baseado nos princípios da lógica fixados por Descartes em seu *Discours de la methode*” (ARARIPE, 1956, *apud* TREVISAN, 2011, p. 162), cujos preceitos eram os seguintes:

- 1 – Só aceitar por verdadeiro o que for verdadeiramente provado... evitar a precipitação.
- 2 – Dividir cada dificuldade a encarar em tantas parcelas quanto possíveis e necessárias para vencê-la.
- 3 – Encaminhar o pensamento com ordem, começando pelos assuntos

mais simples... até o conhecimento dos mais complexos. 4 – Dar o balanço completo e fazer a revisão geral de todo o trabalho, para garantir que nada foi esquecido. (*idem*, p. 261)

Essa visão metodológica está presente nos métodos de planejamento militar até nossos dias. Foi com Gamelin que surgiram, para ficar, no “Estudo de Situação do Comandante” do Exército Brasileiro, os quatro fatores da decisão: missão, inimigo, terreno e meios (MATTOS, 1968, *apud* TREVISAN, 2011, p. 163). E os mesmos princípios se aplicam a todos os níveis de planejamento, inclusive para o planejamento estratégico e interforças.

Algumas dessas ideias ficaram tão arraigadas que transbordaram do seio do Exército para a sociedade como um todo. Um exemplo disso é o que prescreve, nos dias de hoje, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art. 43 [...]

II – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do *espírito científico* e do *pensamento reflexivo*;

III – incentivar o *trabalho de pesquisa e investigação científica*, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. (BRASIL, 1996, *grifo nosso*)

Conclusão

Resta inegável a importância da Missão Militar Francesa no Brasil, transformando nosso Exército de uma situação de desorganização e despreparo, nos primórdios do século XX, para um exército em condições de desenvolvimento profissional, “a ponto de ombrear”, nos campos da Itália, “com outros do mais alto quilate, enfrentando inimigo considerado por muito tempo imbatível.” O preparo dos oficiais de estado-maior, seu conhecimento doutrinário, o domínio de um método, tornaram muito mais fácil e rápida a adaptação à metodologia dos aliados.

Depois de intensa aprendizagem, da necessária adaptação aos novos meios, às novas técnicas e ao novo ambiente, os atentos alunos deram prova a seus mestres de que os ensinamentos haviam sido semeados em solo fértil. (MALAN, 2018, p. 238-239)


Com certeza, a atuação da MMFB, em particular junto à Escola de Estado-Maior, contribuiu para que, no dizer

do general Castro (2017, p. 4), haja nos nossos dias um “consistente pensamento militar brasileiro, expresso nos planejamentos estratégicos de cada Força e em alentada produção intelectual” de nossos militares, tendo dado “significativos passos rumo às operações conjuntas... operando sob comando único e doutrina similar” (*idem*, p. 9).

Cabe aqui lembrar as palavras do marechal Setembrino de Carvalho, então ministro da Guerra, em seu relatório anual de 1926:

A Missão Militar Francesa, cuja competência e honestidade profissionais estão acima de qualquer discussão, prestou ao Exército serviços de real valor. A feição evidentemente prática que imprimiram ao ensino na Escola de Estado-Maior, fazendo com que oficiais-alunos vivessem a vida dos exércitos em campanha, familiarizando-os com o trato das grandes unidades e com o funcionamento de todos os serviços, tem produzido magníficos efeitos, já constatado nas manobras atuais. (*apud* TREVISAN, 2011, p. 170 e 265)

A ECEME hoje é legítima herdeira das tradições da Escola de Estado-Maior e de todas as influências absorvidas ao longo de sua trajetória. A herança da Missão Militar Francesa é notada e presente não apenas nos “guardiões do saber”, réplicas em bronze de soldados franceses em uniformes históricos, que guardam a entrada principal do prédio. Os processos de ensino, os exercícios na carta e no terreno, o método de planejamento militar, o estudo da História Militar, a valorização do conhecimento e do autoaperfeiçoamento são características nítidas daquele legado. A abertura do oficial de estado-maior para o novo, o estímulo ao acompanhamento da conjuntura nacional e internacional, a intensa interação externa, reforçada pela presença de instrutores e alunos das outras Forças e de nações amigas, e pelos cursos de mestrado e doutorado abertos a alunos civis são todos traços indelévels da herança francesa.

Em seu livro *A Missão Militar Francesa no Brasil*, Bastos Filho (1994, p. 163) destaca, como síntese final, a certeza maior de que a Missão, “que atuou no Exército Nacional, promoveu-lhe incomparável transformação, gerando-lhe indistintíveis características que, em sua maioria, perduram até nossos dias”. No momento atual de transformação do Exército, essas palavras são mais verdadeiras do que nunca. 

Referências

- ADERHOLD, Carl. **Veni, Vidi, Vici**: Ces grandes défaites militaires qui on fait la France. Paris: First, 2018.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Um pouco do passado** – A Missão Militar Francesa – Sua influência no Exército Brasileiro. Separata da Revista do CPOR de Belo Horizonte. 1956, p. 18 e seq.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso, um pouco de história do nosso Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.
- BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994.
- BERGO, Márcio Tadeu Bettega. **Explicando a Guerra. Polemologia**: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2013.
- CASTRO, Paulo Cesar de. **O pensamento militar brasileiro**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro: BIBLIEx, p. 4, nº 833, 2º quadrimestre de 2017.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**: a Arte da Estratégia. São Paulo: Tahyu, 2005.
- CORVISIER, André. **A Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1999.
- COSTA, Octávio. **Pequena memória de um grande homem**. In Castello Branco e a Revolução: depoimentos de seus contemporâneos. Coordenação Carlos de Meira Mattos. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **ECEME – a escola do método**: um século pensando o Exército. Org. Carlos Roberto Peres; Hiram de Freitas Câmara. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005.
- MAGALHÃES, J. B. de. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958.
- MALAN, Alfredo Souto. **Uma escolha, um destino**: Vida do Gen Malan d'Angrogne. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.
- MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2018.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937) / tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009.
- MATTOS, João Baptista de. **Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro**. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, ano 26, v. 18, n. 56, p. 57, 1968.
- SETEMBRINO DE CARVALHO, Fernando. **Relatório da Campanha do Contestado ao Gen Div José Caetano de Faria**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1916.
- STRAUSS, Barry. **Mestres do Comando**: Alexandre, Aníbal e César e os gênios da liderança. São Paulo: LeYa, 2014.
- TREVISAN, Leonardo N. **Obsessões patrióticas**: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011.
- TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Tradução Suely Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- WEBER, Max. Politics as a Vocation. In **Essays in Sociology**, p. 77-128. New York: Oxford University Press, 1946.